

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE S. PAULO
PUC/SP

Eliete Edwiges Barbosa

Na militância para o reconhecimento

Um estudo de mulheres negras ativistas
na cidade de São Paulo

Mestrado em Psicologia Social

São Paulo
2015

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE S. PAULO
PUC/SP

Na militância para o reconhecimento

Um estudo de mulheres negras ativistas
na cidade de São Paulo

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social sob a orientação do Prof. Dr. Salvador Antonio Mirelles Sandoval

São Paulo
2015

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE S. PAULO
PUC/SP

Na militância para o reconhecimento

Um estudo de mulheres negras ativistas
na cidade de São Paulo

Dissertação apresentada à Banca
Examinadora da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre em
Psicologia Social sob a orientação do
Prof. Dr. Salvador Antonio Mirelles
Sandoval

São Paulo
2015

BARBOSA, E. E. **Na militância para o reconhecimento: um estudo de mulheres negras ativistas na cidade de São Paulo.** S. Paulo: PUCSP, 2015 (dissertação de mestrado)

Banca Examinadora:

1. _____

2. _____

3. _____

DEDICATÓRIA

Este trabalho dedico a todas mulheres que deixaram marcas em vida, principalmente a mulher que me constituiu enquanto pessoa, minha mãe Dona Eunice.

A minha família feminina que me estruturou como mulher: minhas irmãs Jú, Elizete, Esther as minhas sobrinhas, Erika, Dani, Vico, Thais, Milena, Fernanda, Adriana, Priscila, Débora, Renata, Laura, Laís, Zara, Raissa, Beatriz, a minha filha torta Camila, as cunhadas S, Camila, A minha tia Isa e minhas primas Deborah, Adriane, Leila.

E todas as mulheres que não tem voz, mas tem atitude, que eu encontrei nas periferias de São Paulo.

Aos homens da minha vida.

A meu pai seu Jura (in memoriam), que onde quer que esteja, nunca deixou de me amar, nem de nem de confiar em mim. Pai, meu amor eterno.

Ao único homem que me entendeu a minha essência, o meu amor Dennis, que acreditou sempre em minhas loucuras e nas minhas sanidades. Obrigada por acreditar em mim, mesmo quando eu não acreditava.

A lição que tenho diante desta etapa de minha vida é:

“E aprendi que se depende sempre

De tanta, muita, diferente gente

Toda pessoa sempre é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas.

É tão bonito quando a gente entende

Que a gente é tanta gente

Onde quer que a gente vá.

É tão bonito quando a gente sente

Que nunca está sozinho

Por mais que pense estar...”

(Caminhos do coração – Gonzaguinha.)

Com vocês, queridos, divido a alegria desta experiência.

AGRADECIMENTOS

Nesta página muito especial deste trabalho, gostaria de agradecer a algumas pessoas, dentre as muitas que me ajudaram a realizá-lo.

Em especial ao meu orientador Prof. Dr. Salvador Sandoval pela orientação desde os primeiros passos na pesquisa científica, pelo incentivo, confiança e amizade e principalmente pela paciência.

Aos professores da Pontificia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Prof. Dr. Antonio da Costa Ciampa e a Profa. Dra. Bader Burihan Sawaia pelos conhecimentos e experiências repassados nas aulas e pelos estímulos dados.

Ao Prof. Dr. Alessandro Soares da Silva por apresentar-me os conhecimentos da Psicologia Política.

À Profa. Dra. Maria Lúcia de Carvalho pela rica orientação dada na qualificação deste trabalho científico. Ao Prof. Dr. Silvio Almeida pela grande e erudita orientação oferecida.

Agradeço a todas as mulheres que foram entrevistadas que apresentaram o seu histórico de vida para poder abrilhantar este trabalho.

Aos meus amigos da PUC/ SP Rosana e Ângela, aos meus amigos da EACH-USP, Débora, Ana Rita, Tâmara, Fefê, Tati, Maria Eugenia e Gabi. Obrigada pela força e incentivo constante.

A Capes pelo apoio financeiro para o desenvolvimento das minhas atividades acadêmicas.

E agradeço principalmente a OYÁ.

Hèèpà, Oya Olómo Mesan, Ibá Re Ò!

RESUMO

Esta pesquisa trata do ativismo de mulheres como lideranças de movimentos sociais, levando-se em conta as suas semelhanças e diferenças em função das suas condições étnicas (negras e não negras), tempo de militância e tipo de movimento social. Para esta análise, foi utilizado o conceito de “minorias ativas” de S. Moscovici, que considera que, ao lado de mecanismos de conformação social, existem também processos de contestação de valores. Os movimentos sociais são vistos, assim, como espaços de contestação e suas lideranças como minorias ativas. Além deste referencial teórico, foi feita uma contextualização do movimento feminista no Brasil, enfatizando as contradições internas em função da questão étnica negra.

Palavras-chave: mulher negra e ativismo – mulher negra e feminismo – feminismo e minorias ativas

ABSTRACT

This research deals with the activism of women as leaders of social movements, taking into account the similarities and differences across their ethnic conditions (black and not black), militancy period and type of social movement. For this analysis, we used the concept of "active minorities" S. Moscovici, who believes that, alongside mechanisms of social conformity, there are also values of dispute processes. Social movements are seen, as well as defense of spaces and their leaders as active minorities. In this theoretical framework, we contextualize the feminist movement in Brazil was made, emphasizing the internal contradictions in the light of black ethnicity.

Keywords: black woman and activism - black women and feminism - feminism and active minorities

SUMÁRIO

Introdução.....	8
Capítulo I - Mulher negra: matrizes de opressão e resistência	12
1.1 – Mulher negra: subjetividade da resistência.....	12
1.2 - Matrizes de opressão e interseccionalidade.	16
1.3 - O lugar imposto à mulher negra: a periferia.....	24
Capítulo II – Mulheres, luta por direitos e movimentos sociais.....	31
2.1 A Relação de gênero e classe.....	31
2.2 A mulher e a religião.....	34
2.3 - O movimento feminista.....	36
2.3.1 - O movimento feminista – Direitos civis	37
2.3.2- O segundo momento do Movimento Feminista.....	42
2.3.3 - Movimento Feminista – O <i>Feminismo da Diferença</i>	43
2.4 - A mulher negra nos movimentos feministas.....	49
Capítulo III – Mulher, participação e ativismo.	55
3.1 – Ativismo da mulher negra	55
3.2 – Reconhecimento ou distribuição: o dilema.....	58
3.3 – Lideranças femininas como minorias ativas.....	63
3.4 – Mulheres feministas e negras como minorias ativas	70
Capítulo IV – Subjetividades de lideranças femininas	74
Considerações finais	118
Referências	121
ANEXOS – ENTREVISTAS TRANSCRITAS	125

Introdução

Esta dissertação trata das trajetórias de mulheres negras como lideranças em movimentos e organizações sociais em bairros periféricos de São Paulo. A escolha deste tema deveu-se a uma série de inquietações pessoais e profissionais. A primeira vinha desde minha infância, que eu não entendia o porque havia diferença de conduta entre eu e o meu irmão. Era explicado que eu era menina e ele, menino, bem assim cresci, com muita indignação.

Além desta diferenciação de gênero, sou a penúltima filha, sendo, me antecede três mulheres que foram direcionadas para serem mães, donas de casa e esposas e observei que era muito árdua a rotina que lhes eram colocadas, além destas atribuições todas são trabalhadoras, uma jornada múltipla.

Diante deste cenário fui estudar e trabalhar para custear meus estudos cursei a Faculdade de Serviço Social, fui a primeira mulher formada na minha família.

Com a minha profissão, assistente social, tive meu primeiro estagio na Favela de Heliópolis no processo de reurbanização, nos anos 80 no auge dos movimentos sociais, onde pude perceber a importância da organização que as mulheres exerciam nos bastidores do movimento de moradores de Heliópolis – a UNAS.

A divisão era assim: os homens iam para a negociação junto ao órgão público e a mulherada fica com a responsabilidade da organização da comunidade

Isso era percebido no logo da minha atuação; nos mutirões habitacionais, nas reuniões de pós ocupação dos conjuntos habitacionais, enfim sempre eram mulheres e na sua grande maioria eram mulheres negras.

Esta inquietação reverberou na pesquisa que desenvolvo na academia; a participação destas mulheres em suas comunidades e porque deste envolvimento visceral.

A trajetória das mulheres negras nos movimentos sociais, foi uma temática com um caminho árduo, trazendo um novo desafio, pois a escassez bibliografia contribuiu para superar este grande obstáculo.

A dissertação está dividida em cinco capítulos.

No capítulo I, intitulado “Mulher negra: matrizes de opressão e resistência” aborda-se a subjetividade que a mulher negra traz na conjuntura histórico do Brasil, a opressão que foi cristalizada neste percurso e a matrifocalidade das famílias negras, sendo o intermediário na resistência à opressão.

O conceito de “interseccionalidade” é o que esta abordando metodologicamente a questão das matrizes de opressões que a mulher negra sofre, assim, a somatória das opressões de gênero, raça e classe serão especificadas para tratar do lugar determinado a mulher negra.

Já no segundo capítulo acerca-se a visão classista de gênero; como o capitalismo abarcou a mão de obra feminina, o direito ao voto e direitos civis, a religião determinando o papel da mulher e as fases do movimento feminista no Brasil, além do movimento feminista negro e a sua divergência do movimento feminista.

No terceiro capítulo o tema focado é a participação e o ativismo da mulher negra, onde há sua participação e quais as formas de

participação, tendo como norte referencial a pesquisa de Leonardo Avritzer demonstrando as formas de participação e associação.

Neste capítulo também discorre sobre o conceito de “paridade participativa” como uma meta para a justiça social da autora Nancy Fraser, que define paridade participativa como um conjunto de arranjos sociais que possibilitam a todos os membros da sociedade interagir uns com os outros de forma igualitária.

E o Ativismo da mulher negra como Minorias Ativas de Serge Moscovi, que retrata um modo de comportamento num espaço reflexivo e interpretativo, de tomada de consciência que se estende à ação, neste contexto, mulheres negras são minorias ativas na medida que inovam, ao criar estratégias para liderar.

No quarto capítulo ocorre a análise das entrevistas, que foram realizadas com mulheres negras lideranças que atuam ou atuaram em de Movimento Popular, Movimento de Direitos Humanos, Movimento Negro, enfocando os seus históricos de vida e as suas militâncias nos anos 1980/90 e nos dias de hoje.

Na conclusão deste trabalho ficam importantes pontos que merecem ser refletidas. Uma delas se refere a situação de que a participação política destas mulheres ser construída a partir do lugar imposto pela opressão interseccional (gênero, classe e etnia) e, em alguns momentos, assumindo o papel que lhe é reservado de ser a responsável pelo cuidar dos filhos e do bem estar da família. À medida que as políticas públicas não são suficientes para atender a contento estas demandas, estas mulheres se organizaram a partir de uma indignação com a qualidade dos serviços oferecidos e posteriormente com a articulação de grupos e organizações que vão atuar nestas áreas.

Algo impactante que eu percebi neste trabalho foi a garra e a força que estas mulheres apresentaram em seus históricos de vida.

Em sua grande maioria apresentam um universo de adversidade, onde o seu contexto são recheados de vulnerabilidade social e como conseguem lidar com maestria para conduzir a vida de sua família e de seu meio social. Como diz o ditado, com um limão, conseguem fazer várias limonadas. Por isto, a compreensão desta experiência de ativismo destas mulheres negras é fundamental para se entender a luta da mulher negra para além das dimensões tradicionalmente definidas como movimento feminista ou movimento negro.

Capítulo I - Mulher negra: matrizes de opressão e resistência

1.1 – Mulher negra: subjetividade da resistência

Os estudos sobre a mulher negra brasileira apontam para as construções identitárias de um sujeito inserido em um contexto de brutal opressão. Esta identidade se constitui a partir da confluência de duas matrizes de opressão: a de gênero e a de raça. Machismo e racismo constroem, assim, um lugar específico para a mulher negra que, a partir daí busca constituir uma subjetividade de resistência. Para Salete Joaquim,

A história da mulher negra é a história da assimilação dos padrões e relações da mulher branca. É a história da submissão ideológica a um grupo étnico que se fez hegemônico. Nesta perspectiva, é a história de uma identidade étnica negada em atenção às circunstâncias de vida apresentadas ao grupo negro. (SALETE JOAQUIM, 2014: p. 194)

Para a autora, a origem deste processo de assimilação é encontrada no passado escravagista brasileiro quando mulher negra e homem negro são reduzidos à condição de mercadoria. Esta negação dos africanos escravizados como seres humanos implica em uma negação das suas subjetividades. Por isto, observam-se tentativas de reconstrução destas subjetividades em diversos momentos, como ações de resistência a opressão. Ainda segundo Salete Joaquim:

A trajetória da raça negra e da sua cultura no Brasil tem sido marcada pelo binômio repressão/resistência cultural. A música popular e os quilombos, originalmente, foram espaços simbólicos de negros e história da rejeição/aceitação das religiões afro, como o candomblé, pela sociedade nacional. Eles são exemplos ilustrativos dos mecanismos e estratégias utilizados pelos negros para fazer frente a repressão e a ela sobreviver. (SALETE JOAQUIM, 2001: pp. 24-25)

O que se observa, portanto, é que a *resistência à opressão* é uma constante na subjetividade em construção da mulher negra. O processo histórico de transição do sistema escravista para o de mão de obra assalariada cristalizou determinadas posições sociais, com grande desvantagem para a mulher negra no Brasil. Conforme afirma Clóvis Moura (1994), o capitalismo brasileiro se formou a partir da acumulação de riquezas obtida via a exploração da mão de obra escravizada – entre outros fatos, Moura lembra que os recursos que eram empregados no tráfico de africanos, quando este foi proibido pela Lei Eusébio de Queiroz (1850), foram redirecionados para alguns investimentos em infraestrutura local – e que, diante da inexistência de uma massa de recursos interna (a produção agroexportadora era destinada a exportação), bem como a um mercado consumidor interno de grande monta, a opção colocada para as elites foi a associação dependente ao grande capital transnacional, naquela época hegemônica pela Inglaterra.

O que ocorreu é que uma situação cristalizada do período da escravização de africanos e descendentes colocou a mulher negra na situação do segmento social mais vulnerável. Entretanto, determinadas características que apontavam para uma organização familiar distinta sinalizavam para possibilidades de constituição desta resistência. Ressaltamos aqui a constatação de Salete Joaquim:

As mulheres descendentes de africanos no Brasil tiveram uma organização familiar diferente. Já não existiam, como na sociedade Yorubá, na África, grandes famílias formadas a volta do pai polígamo, na qual as crianças viviam com a mãe enquanto o homem vivia com cada mulher alternadamente. Uma família gravitando em torno da mãe não fez mais que consolidar o sentimento de independência das mulheres. Eram elas que mandavam em casa, e com elas viviam os filhos e pais diferentes. Estas mulheres eram muito ativas: vendiam nos mercados e nas ruas alimentos cozidos, idênticos aos da África, tais como os acarajés, que eram feitos de farinha de feijão; o untuoso caruru, feito a base de quiabos; a cocada, preparada com polpa de coco; e outras iguarias doces ou salgadas, que eram o orgulho da cozinha da Bahia. (SALETE JOAQUIM, 2001: p. 24)

Associado a estas singularidades culturais, destacamos também o fato de que no processo de transição do escravismo para o sistema de mão de obra assalariada, a mão de obra do homem negro escravizado foi substituída pela do imigrante dentro da política de branqueamento da sociedade patrocinada pelo Estado brasileiro, conforme demonstra Lilian Schartz (1993).

Nesta situação, as mulheres negras foram elementos centrais na sobrevivência das famílias negras, ao entrarem no mercado de serviços domésticos. A matrifocalidade das famílias negras se torna, aqui, elemento central na resistência à opressão. O protagonismo feminino negro se constitui, assim, como uma prática de resistência que tanto articula dimensões originárias da matriz africana que são mobilizadas como resposta necessária de sobrevivência a um mecanismo de opressão constituído historicamente.

Tal situação evidencia a situação de grande opressão, expressa principalmente pelo que Lélia Gonzales (apud BARRETO, 2005) chama de “imagens de controle”. Para Gonzales, as imagens de controle da mulher negra se referem ao seu corpo – há uma dissociação do corpo da mulher negra da sua subjetividade = o seu corpo é apropriado pelo outro para uso para o trabalho; para a maternidade (como é o caso das mucamas, mulheres negras escravizadas usadas para amamentar os filhos das mulheres brancas) e para o prazer sexual do outro.

Por conta disto, Gonzales considera que as representações da “mãe preta”, da “doméstica” e da “mulata”, embora singulares, são partes de um mesmo processo de controle imagético. Segundo Raquel Barreto (2005):

Na sua avaliação da condição das mulheres escravas, Lélia pontua de imediato que a sua “condição” feminina não suavizou o trabalho dessas mulheres, que atuaram em duas funções: trabalhadora do eito e a mucama. A primeira seria definida como escrava produtiva e outra como responsável pela manutenção da “casa grande” e ainda com a dimensão da exploração sexual.

Lélia lembra o seu papel na luta de resistência cotidiana, na liderança de quilombos, como cooperadora e organizadora de fugas ou revoltas. (BARRETO, 2005: p.38)

Gonzales também afirma que este processo de controle se naturaliza e internaliza.

O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações mentais sociais que se reforçam e reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra, em particular, desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa. (GONZALES, 1979)

Se estes mecanismos de opressão atuam de forma intensa, a resistência e a busca pela reconstrução de subjetividades próprias também ocorrem. Conforme Salete Joaquim (2014) afirma:

Saber-se mulher negra é viver a experiência de ter a sua identidade étnica negada, mas é também e, sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar a sua história e recriar-se em suas possibilidades. (p. 200)

O conceito de imagens de controle é aprofundado por Patricia Collins e se torna uma referência nos *Women's Studies* nos Estados Unidos. Segundo a pensadora, as matrizes de dominação estão estruturadas em eixos raciais, de gênero e de classe e os indivíduos podem experimentar e resistir à opressão nos níveis da biografia pessoal, nível grupal ou comunitário gerado pelo contexto racial, de classe ou de gênero e o nível sistêmico das instituições sociais. (COLLINS, 1990).

Collins defende que o “feminismo negro” articula todos estes níveis como local de dominação e de resistência, pois a biografia pessoal da mulher negra a coloca na interface das opressões de classe, gênero e raça; as suas relações grupais e comunitárias ocorrem num contexto de discriminação racial, de gênero e classe e, finalmente, as instituições sociais são sistemicamente constituídas para a manutenção desse poder que a oprime.

Diante disto, a consciência política da mulher negra é formada a partir deste contexto específico da opressão interseccional.

1.2 - Matrizes de opressão e interseccionalidade.

As especificidades da condição da mulher negra trazem dificuldades para que este tema seja tratado no movimento feminista e no movimento negro. No movimento feminista, a variável raça ou etnia é dissolvida dentro da categoria mais ampla de gênero e no movimento negro, a variável gênero é dissolvida na categoria raça e etnia.

No campo do movimento feminista, é importante destacar as contribuições de pensadoras feministas negras como Hazel Carby, Patrícia Hill Collins, Patrícia Williams e Kimberlé Crenshaw. Dentre estas, destacamos o trabalho de Patrícia Hill Collins que trata da articulação das opressões de gênero, raça e classe.

Collins (1990) propõe o conceito de “matrizes de opressão” como uma abordagem metodológica específica para tratar do lugar determinado a mulher negra. Segundo a autora, as opressões de gênero, raça e classe não são somatórias de processos de poder distintos, mas se combinam e se sintetizam em forma própria de poder que reserva lugares e trajetórias específicas às mulheres negras.

Pensar as opressões sintetizadas impede que se hierarquize ou se aponte relações determinantes de uma sobre outra. Daí que a autora não trabalha com a ideia de “conjunto de opressões”, mas sim *matrizes de opressão* – isto é, matrizes distintas de um sistema opressor unificado que se coloca sobre a mulher negra.

Dentro desta perspectiva é que surge o conceito de “interseccionalidade” proposto por Kimberle Crenshaw:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata

especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002: 177).

Em outro texto, Crenshaw faz uma analogia da interseccionalidade com um cruzamento de trânsito:

Consider an analogy to traffic in an intersection, coming and going in all four directions. Discrimination, like traffic through an intersection, may flow in one direction, and it may flow in another. If an accident happens in an intersection, it can be caused by cars traveling from any number of directions and, sometimes, from all of them. Similarly, if a Black woman is harmed because she is in an intersection, her injury could result from sex discrimination or race discrimination. . . . But it is not always easy to reconstruct an accident: Sometimes the skid marks and the injuries simply indicate that they occurred simultaneously, frustrating efforts to determine which driver caused the harm. (CRENSHAW, 1989)¹

As feridas que ocorrem na mulher negra não podem, portanto, ser atribuídas a um determinado tipo de opressão específica, mas sim ao conjunto deles. O que o conceito de interseccionalidade aponta é que o *lugar específico* imposto à mulher negra é que a faz ser objeto deste tipo particular de opressão.

Este conceito possibilita que ao mesmo tempo se pense que há particularidades nas trajetórias dos sujeitos mulheres negras diante das formas que cada uma delas sofre com tais matrizes de opressão, tais trajetórias não são dissociadas de um processo coletivo. E também que

¹ Considere uma analogia com o tráfego em um cruzamento, veículos indo e vindo em todas as quatro direções. A discriminação como o tráfego em um cruzamento, pode fluir numa direção, ou em outra. Se ocorre um acidente em uma intersecção, que pode ser causado por automóveis que se deslocam a partir de qualquer número de direções e, às vezes, por todos eles. Da mesma forma, se uma mulher negra é prejudicada porque ela está em um cruzamento, sua lesão pode resultar de discriminação sexual ou discriminação racial. . . . Mas nem sempre é fácil reconstruir um acidente: Às vezes, as marcas de derrapagem e os ferimentos simplesmente indicam que ocorreram simultaneamente, assim são frustrantes os esforços para determinar qual motorista causou o dano. (T.L.A.)

não é possível segmentar as matrizes de opressão ou mesmo hierarquizá-las, de forma que o feminismo negro luta contra todas elas ao mesmo tempo.

Luiza Bairros, a este respeito, afirma que:

Raça, gênero, classe social, orientação sexual reconfiguram-se mutuamente formando [...] um mosaico que só pode ser entendido em sua multidimensionalidade. [...] Considero essa formulação particularmente importante não apenas pelo que ela nos ajuda a entender diferentes feminismos, mas pelo que ela permite pensar em termos dos movimentos negro e de mulheres negras no Brasil. Este seria fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vívida através do gênero) e de ser mulher (vívida através da raça) o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras: luta contra o sexismo ou contra o racismo? - já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação políticas uma não existe sem a outra. (BAIRROS, 1995: p. 461).

Estas matrizes de opressão, estruturantes do autoritarismo social que permeia as relações sociais, configuram-se o que o filósofo Hegel chama de *ser-para-os-outros* que tem como prática política o que Paulo Freire chama de “cultura do silêncio”.

Só é possível compreender a cultura do silêncio se a tomarmos como uma totalidade que é, ela própria, parte de um todo maior. Neste todo maior devemos reconhecer também a cultura ou culturas que determinam a voz da cultura do silêncio. (...) A compreensão da cultura do silêncio pressupõe uma análise da dependência enquanto fenômeno relacional que acarreta diversas formas de ser, de pensar, de expressão, tanto da cultura do silêncio quanto da cultura que tem voz. A sociedade dependente é, por definição, uma sociedade silenciosa. Sua voz não é autêntica, mas apenas um eco da voz da metrópole – em todos os aspectos, a metrópole fala, a sociedade dependente ouve. O silêncio da sociedade-objeto face à sociedade metropolitana se reproduz nas relações desenvolvidas no interior da primeira. Suas elites, silenciosas frente à metrópole, silenciam, por sua vez, seu próprio povo. Apenas quando o povo da sociedade dependente rompe as amarras da cultura do silêncio e conquista o seu direito de falar – quer dizer, apenas quando mudanças estruturais radicais transformam a sociedade dependente – é que esta sociedade como um todo pode deixar de ser silenciosa face a sociedade metropolitana. (FREIRE, 1976: pp. 70-71)

A cultura do silêncio, segundo Paulo Freire, se manifesta pela percepção que a ordem dada das coisas é natural, inclusive a condição de subalternidade de quem está nela inserido e, portanto, não há a reivindicação do direito de fala porque há uma introjeção de que não se deve falar, por se perceber como *um ser para os outros* e não *um ser para si*. (FREIRE, 2006: p. 73)

Esta prática se deve a uma “quase aderência” ou “quase imersão” a realidade objetiva de subalternização, o que gera uma consciência semi-intransitiva, segundo Paulo Freire. Esta consciência semi-intransitiva ao mesmo tempo em que se apercebe das condições de subalternização social, não consegue percebê-la estruturalmente, fora das condições cotidianas fragmentárias que se apresentam, por isto, não tem uma visão crítica do problema, apesar de percebê-lo empiricamente. (idem, p. 78)

As relações de opressão, desta forma, se naturalizam, e a transcendência possível dentro da consciência semi-intransitiva do oprimido não é a *condição de oprimido no sentido coletivo pela superação da relação de opressão*, mas da sua *condição particular de oprimido*, o que pode apontar para uma perspectiva dele, oprimido, também um dia ser opressor. Por esta razão, que Freire afirma em *Pedagogia do Oprimido* (1976), a ideia de que ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão. O que significa na analogia de Crenshaw, não que os condutores deveriam desviar da mulher negra oprimida que está no cruzamento, mas que ela, assim como os que conduzem os veículos, saia destes lugares.

Entretanto, Ina Kerner coloca algumas ponderações quanto a teoria da interseccionalidade de Crenshaw. Segundo Kerner, é necessário ampliar o espectro da análise das opressões múltiplas que se abarcam sobre a mulher negra para além da dimensão da interseccionalidade, embora

ela não deva ser negada. Kerner propõe um modelo (inspirado em Foucault) que diferencia uma dimensão epistêmica “que abarca o conhecimento racista, sexista e seus discursos correspondentes” (KERNER, 2012: p. 40); uma dimensão institucional “referente as formas institucionalizadas de racismo e sexismo” (idem) e uma dimensão pessoal “que, além de posicionamentos individuais a respeito de identidade ou da subjetividade, também abrange ações individuais e interações pessoais” (ibidem)..

Para construir este modelo, Kerner propõe abordar as relações das opressões de raça, gênero e classe em quatro modos: semelhanças, diferenças, acoplamentos e cruzamentos. (ou intersecções).

Eu defendo a tese de que um modelo que abarque semelhanças, diferenças, ligações e intersecções tem efeitos muito mais benéficos para a compreensão das relações entre racismo e sexismo do que a tentativa de formular a relação em apenas uma dimensão e reduzi-la a um único termo como o da interseccionalidade ou interdependência. Por isto, semelhanças, diferenças, ligações e intersecções devem ser justapostas em vez de serem tratadas como alternativas teóricas. (idem, p. 48)

No modo das semelhanças entre racismo e sexismo, Kerner afirma que ambas as matrizes de opressão se assentam em uma “naturalização das categorias raça e sexo” que sustentariam uma naturalização das diferenças. “É desta forma que temos que lidar tanto com a imagem do ‘eterno feminino’ como a figura do ‘eterno judeu’.” (idem, p. 49)

Estes mitos, segundo Kerner, servem para, tanto nos casos de racismo e sexismo, legitimar formas de estratificação e de segregação.

As mulheres, por exemplo, deveriam então pertencer ao lugar onde seus filhos estão e os muçulmanos, a lugares fora da Europa. Analogias estruturais entre racismos e sexismos são particularmente convincentes naqueles momentos em que se constata que homens brancos, nacionais e, na maior parte das vezes, heterossexuais, são considerados a norma da qual desviam todos aqueles que não reúnem essas características. (idem, pp. 49-50)

Porém, as semelhanças não esgotam o problema. Segundo Kerner, afirmações feitas por movimentos de mulheres brancas na América do Norte e da Europa Ocidental de que “as mulheres são os negros do mundo” é uma equiparação redutora por invisibilizar a singularidade da mulher negra e minimizar as experiências de escravização e exploração. Daí então que Kerner aponta as *diferenças* entre as duas formas de discriminação.

A diferença ocorre porque a discriminação de gênero produz “inclusão” da mulher na esfera da família e da vida doméstica e “subordinação” na arena do trabalho e da política. Já a discriminação racial também produz subordinação nas arenas do trabalho e da política, mas, segundo Kerner, “a exclusão aqui aparece como segundo momento no nível do Estado e da nação” (p. 51).

Porém, Kerner alerta para que mesmo esta diferença ainda é uma generalização esquemática, pois arranjos institucionais contemporâneos não necessariamente relegam *todas* as mulheres ao interior do espaço privado. A autora lembra que “na Alemanha, o trabalho doméstico vem sendo cada vez mais terceirizado e geralmente tem ficado sob a responsabilidade de mulheres imigrantes ilegais” (idem, p. 51). Isto significa que, embora as atividades domésticas permaneçam como atribuição feminina, elas são realizadas dentro de uma relação de trabalho e, portanto, fora das quatro paredes da própria casa.

No caso da discriminação racial, Kerner aponta que o chamado “neo-racismo” diferencialista² aspira a uma homogeneização, e o racismo colonial (como é a experiência dos países da América Latina) serve a estratificação social. Diante disto, a autora considera que na discriminação de gênero a diferença entre público/privado tem um

² O conceito de racismo diferencialista ou neo racismo foi elaborado por Ettiene Balibar. Ver BALIBAR, E; WALERSTEIN, I. Raza, nacion y clase. Madri: Iepala, 1991

papel fundamental, enquanto que na discriminação racial, o elemento central é a construção dos “estranhamentos” ou a “desfamiliarização”. (idem, p. 51).

Outro aspecto referente às diferenças entre discriminações de gênero e de raça reside no que Kerner chama de *valor da reprodução*. No caso das relações de gênero,

Tudo o que possibilita e facilita a reprodução sexual é considerado normal e natural; o maior exemplo é o da ideia da existência de apenas dois gêneros, complementada por normas de gênero tais como da normalidade do desejo heterossexual. Todas as demais variações de sexo, gênero e desejo são privadas do *status* de normalidade, uma vez que contestariam e serviriam de impedimento aos requisitos naturais da reprodução humana. (idem, pp. 51-52)

Com relação a discriminação racial, Kerner observa que:

Se, em comparação, observamos discursos e instituições racistas, a reprodução ganha um valor e uma função completamente diferentes, o que não significa que ela deixa de ser importante. Discursos e instituições racistas servem, na maior parte das vezes, à homogeneização e à segregação e, assim, ao *impedimento* da mistura entre raças (...) portanto servem ao *impedimento* da reprodução biológica entre diferentes grupos. (idem, ibidem)

Em outras palavras, a discriminação de gênero coloca para a mulher a *normalidade* da reprodução (como se fosse este o seu único papel), limitando, assim, a sua sexualidade ao aspecto da reprodução, o que coloca como desvio, por exemplo, a homossexualidade; e no caso da discriminação racial, a reprodução é vista como um perigo iminente uma vez que ela aponta para a manutenção de um grupo social indesejado. Aqui, é importante lembrar o fato das políticas externas dos Estados Unidos a partir dos anos 1970 se debruçarem sobre a questão demográfica como “questão de segurança nacional” a partir da

observação de que as populações latino-americanas e africanas tinham um crescimento demográfico acima dos EUA.³

O aspecto do valor da reprodução tratado no tópico das diferenças, é a base também para a dimensão das ligações entre as duas discriminações. Isto porque, segundo Kerner,

... em tempos em que a necessidade de crescimento populacional é proclamada, medidas pró-natalidade que afetam as habitantes do país – incluindo desde a restrição a direitos reprodutivos até estruturas de incentivo financeiro (relativos à reprodução) – se correlacionam com uma política restritiva de imigração. Por meio dessa combinação, as mulheres nacionais são tratadas como mães enquanto potenciais imigrantes e seus descendentes são excluídos e representados com menor valor. (idem, p. 52)

No caso do racismo à brasileira, observa-se que as mulheres negras e trabalhadoras, embora não sejam imigrantes, não são tratadas como mães da mesma forma que as mulheres brancas e pertencentes às elites. Há aqui uma potencialização da discriminação de gênero pela discriminação racial.

E é destas ligações que se constituem o campo para o terceiro modo de relacionamento entre as discriminações de gênero e raça que é a intersecção propriamente dita e tratada por Creenshaw. Embora esta pensadora tenha focado os seus estudos no campo do Direito, em outro trabalho, ela discute a interseccionalidade no campo estrutural, político e sociológico.

No caso da interseccionalidade estrutural, Creenshaw trata, principalmente, da situação precária de mulheres imigrantes cuja permanência como residentes no país depende dos seus maridos violentos, em relação a interseccionalidade política, ela

³ A este respeito, o documento NSM-200, também conhecido como “Informe Kissinger” da Agência Central de Inteligência (CIA), de 1973, assinado pelo seu então presidente, H. Kissinger, apontava para a necessidade das agências norte-americanas financiarem programas de controle da natalidade nos países subdesenvolvidos. Ver: <http://www.luogocomune.net/site/modules/news/article.php?storyid=602> (acesso em 23/03/2015)

discute diversas medidas políticas e jurídicas contra a violência doméstica que têm no tratamento injusto à situação específica das *women of color* seu traço comum, e em relação a interseccionalidade nas ciências sociais ela trata de um estudo sobre a tematização dos estupros no direito, que, mais uma vez, reproduz os problemas já citados. (KERNER, op cit, pp. 55-56)

Assim, o modelo proposto por Ina Kenner, sem negar as contribuições da teoria da interseccionalidade de Creenshaw, amplia os horizontes ao propor um olhar em perspectiva das relações das discriminações de gênero e etnia. Tais reflexões ajudam a compreender, primeiramente, a definição de um lugar social para a mulher negra – *a periferia* – a partir dos arranjos institucionais que articulam as matrizes de opressão e também a entender as tensões existentes entre os vários movimentos que tratam, especificamente, do problema de gênero, de raça e de classe.

1.3 - O lugar imposto à mulher negra: a periferia

Periferia – este é o lugar reservado pelas matrizes de opressão que se impõe sobre a mulher negra. É a partir deste lugar, portanto, que ela buscará também resistir a estes processos de opressão e reconstruir suas subjetividades.

Para discutir a constituição deste lugar, trataremos inicialmente do fenômeno da feminização da pobreza, demonstrado por vários dados que sinalizam para as desvantagens de gênero no tocante aos indicadores sociais.

Segundo o Censo Demográfico 2010, há no Brasil uma relação de 96,0 homens para cada 100 mulheres, como resultado de um excedente de 3.941.819 mulheres em relação ao número total de homens. Com este resultado, acentuou-se a tendência histórica de predominância feminina na população do Brasil, já que em 2000 o indicador era de

96,9 homens para cada 100 mulheres. O total de mulheres no Brasil é de 97.342.162 correspondente a 51,04% da população.

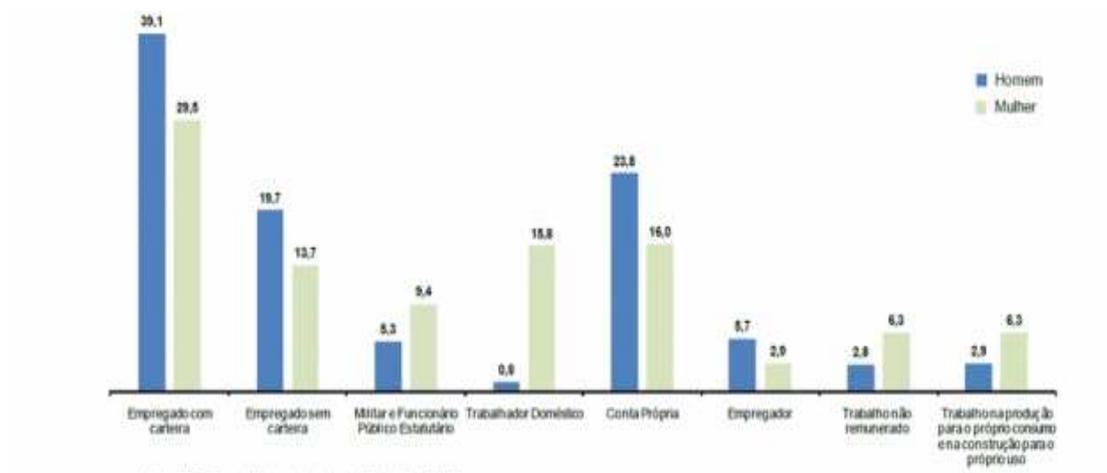
Maioria populacional, as mulheres tem enorme desvantagem em todos os indicadores sociais. Tais indicadores se agravam ainda mais quando se coloca também a variante étnica.

TABELA 1 – RELAÇÃO ENTRE RENDIMENTO-HORA DA POPULAÇÃO OCUPADA POR SEXO E COR/RAÇA SEGUNDO CLASSES DE ANOS DE ESTUDO (Fonte: IBGE, 2010)

Classes de anos de estudo	Porcentagem do rendimento-hora das mulheres em relação ao dos homens		Porcentagem do rendimento-hora dos pretos e pardos em relação ao dos brancos	
	1998	2008	1998	2008
Total	81,9	84,1	48,4	56,7
Até 4 anos	77,5	83,4	67,4	72,8
De 5 a 8 anos	67,0	72,3	72,9	72,9
De 9 a 11 anos	66,2	70,6	70,0	77,4
12 anos ou mais	59,6	65,4	73,2	68,4

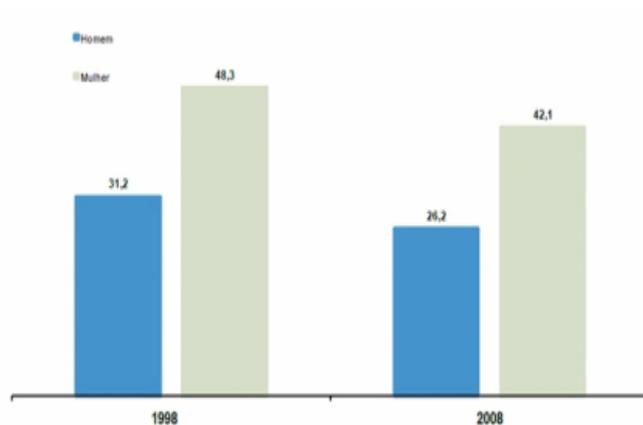
Os próximos quadros demonstram o perfil socioeconômico da mulher no Brasil segundo os dados do Censo de 2010. O primeiro quadro demonstra que a mulher predomina em relação ao homem entre os funcionários públicos, trabalho doméstico, trabalho não remunerado e o trabalho na produção para o próprio consumo. No primeiro caso, ressalte-se que o ingresso dá-se por concurso público (portanto há uma impessoalidade na contratação) e os demais apontam para um tipo de participação precária no trabalho.

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS OCUPADA POR SEXO E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO EM 2006 (Fonte: IBGE)



A precariedade do trabalho feminino é bem demonstrada no quadro a seguir que trata do percentual de população ocupada em trabalhos considerados precários, definidos pelo IBGE como trabalhos sem registro, produção para o próprio consumo, trabalho doméstico ou em construção para o próprio uso.

TABELA 3 – PERCENTUAL DA POPULAÇÃO OCUPADA DE 15 ANOS OU MAIS EM OCUPAÇÕES CONSIDERADAS PRECÁRIAS POR SEXO NO BRASIL ENTRE 1998 E 2006 (Fonte: IBGE)



Esta situação aponta para o que se considera uma feminização da pobreza

O termo feminização da pobreza foi utilizado pela primeira vez, em 1978, pela socióloga norte-americana Diane Pearce com o objetivo de retratar a tendência, nos Estados Unidos da América (EUA), de aumento da proporção de mulheres entre os pobres e também do crescimento do número de indivíduos em famílias chefiadas por mulher entre os pobres, ocorrido entre o início da década de 1950 e meados da década de 1970. Posteriormente, foram realizados diversos trabalhos com o objetivo de verificar a existência de feminização da pobreza não só nos EUA, mas também em outros países. (NOVELINO, 2004: pp. 11-12)

A mesma autora, a respeito das políticas de enfrentamento da pobreza feminina opina que:

A maior parte das políticas públicas de gênero para as mulheres pobres podem ser definidas como políticas sociais assistenciais centradas em programas tais como provisão de ajuda alimentar; programa de renda mínima, programas de bolsa de estudos. Para resumir, essas políticas são assistenciais e voltadas para a família, assumindo a maternidade como o papel mais importante para as mulheres.

Um grande problema desses tipos de programas é que eles criam dependência ao invés de ajudar as mulheres a se tornarem mais independentes. Acima de tudo, elas não reconhecem as necessidades específicas de gênero relacionadas ao planejamento de políticas para as mulheres. Sua principal preocupação é atender às necessidades práticas das mulheres relacionadas às suas funções reprodutivas. Políticas públicas de gênero para as mulheres devem centrar seu foco em mulheres de baixa renda e, principalmente em mulheres sem renda. Políticas públicas de gênero para as mulheres devem mudar seu foco da família para uma diversidade de abordagens, enfatizando as atividades produtivas das mulheres. As políticas assistenciais concentram-se nas funções reprodutivas das mulheres e não levam em consideração suas atividades produtivas e geradoras de renda. Treinamento para cabeleireira ou costureira são os cursos mais comuns para as mulheres de baixa renda. (idem)

Isto acontece porque, conforme Sarti (2004):

Duas ordens de questões estão em jogo: de um lado, a idealização da família, projetada no dever de ser (e da própria afetividade como um mundo que exclui o conflito); de outro lado, está a idealização de si, por parte dos profissionais, expressa na tendência a atribuir-se exclusivamente um saber com base em sua formação técnica e negar que a família assistida tenha um saber sobre si própria. (SARTI, 2004: p. 34)

A constatação de uma pobreza feminina é enfrentada de uma forma que não leva em consideração as especificidades de gênero. O próprio Estado não assume esta particularidade, tratando apenas na perspectiva de uma assistência social.

Em se tratando da mulher negra, vários estudos enfatizam o aspecto das suas vulnerabilidades que enfrentam em razão do preconceito, de raça e gênero. Em *Dossiê sobre a situação das mulheres negras brasileiras*, constata-se que:

Falar da mulher negra no Brasil é falar de uma história de exclusão onde as variáveis sexismo, racismo e pobreza são estruturantes. É sobre a mulher negra que recai todo o peso da herança colonial, onde o sistema patriarcal apóia-se solidamente com a herança do sistema escravista. (2007: p. 11)

O aspecto da vulnerabilidade causado pela dupla discriminação acompanha toda a formatação desta obra que destaca os seguintes aspectos:

Desigualdade de renda e oportunidades no trabalho: entre 1995 e 2005, o aumento na participação das mulheres negras no mercado de trabalho aumentou 40,8% contra 22,4% das mulheres brancas – porém, este aumento mais significativo foi acompanhado de um processo de precarização do trabalho, demonstrado pelas altas taxas de desemprego (que indica uma rotatividade e instabilidade empregatícia maior) que

passou de 8,1% para 14,1% no mesmo período e também pela maioria absoluta (55%) de participação nos empregos domésticos, ocupação em que quase a metade (45%) recebe como remuneração um salário mínimo.

Educação – apenas 6% das mulheres negras com idade acima dos 25 anos tinham, em 2004, o nível superior completo. A escolarização média das mulheres negras é o ensino fundamental completo que é o único nível de escolaridade que o Poder Público conseguiu universalizar no país. Entretanto, é sintomático frisar que o mercado de trabalho contemporâneo tem exigido, em média, para as ocupações de melhor remuneração, pelo menos o ensino médio completo com formação técnico-profissionalizante.

Longevidade – a mortalidade materna causada pelas más condições de acompanhamento dos sistemas de saúde, a incidência maior de doenças sexualmente transmissíveis, entre elas o HIV/AIDS, e as mortes causadas por abortos realizados em clínicas clandestinas são os aspectos tratados neste tópico para mostrar as causas da menor longevidade das mulheres negras em relação às mulheres brancas.

Violência – neste tópico é abordada a maior vulnerabilidade de jovens mulheres negras à violência sexual e homicídios.

Representação negativa nos meios de comunicação – a imagem da mulher negra distorcida e transformada em objeto sexual, embora tenha reduzido-se nos últimos anos graças às denúncias do movimento social de negros, ainda aparece como a única maneira de barrar a invisibilidade de negros e negras na mídia. Pesquisas da Fundação Cultural Palmares, órgão do Ministério da Cultura, mostram que 94% dos jornalistas e 96% dos apresentadores de telejornais nas TVs brasileiras são brancos.

Estes aspectos são importantes para contextualizar o *estado da arte* ou a conjuntura desfavorável em que as mulheres negras brasileiras desenvolvem suas vivências e sociabilidades, bem como estabelecem suas estratégias de relações sociais. O lugar de ação social imposto às mulheres negras é a periferia, é o local onde as classes sociais subalternizadas atuam socialmente.

Definido o lugar imposto às mulheres negras brasileiras, há que se discutir como os mecanismos de resistência são construídos e em qual direção. Ao mesmo tempo, quais as possibilidades de diálogo e de confrontação com os demais movimentos sociais, em especial o movimento feminista.

A mulher negra foi colocada na rebarba da sociedade e para ter os seus direitos conquistados na década de 1980/90 teve que utilizar da mesma estratégia de sobrevivência que na era logo após a abolição.

Como diz Maria Nilza da Silva (1999) :

A situação da mulher negra no Brasil de hoje manifesta um prolongamento da sua realidade vivida no período de escravidão com poucas mudanças, pois ela continua em último lugar na escala social e é aquela que mais carrega as desvantagens do sistema injusto e racista do país. Inúmeras pesquisas realizadas nos últimos anos mostram que a mulher negra apresenta menor nível de escolaridade, trabalha mais, porém com rendimento menor, e as poucas que conseguem romper as barreiras do preconceito e da discriminação racial e ascender socialmente têm menos possibilidade de encontrar companheiros no mercado matrimonial. (p.34)

No capítulo seguinte será focado o movimento feminista no Brasil, analisando as suas fases e a cisão do movimento feminista com o as mulheres negras, causada pela dificuldade deste movimento em abordar a questão racial.